



Simulado Especial

TRT RJ

**Cargo: Analista Judiciário - Área:
Judiciária - Pós-Edital**

Simulado

Simulado TRT-RJ (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária** do **TRT-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/RWUrQK2Fpw4EWAYe8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/VtCi>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

Cães são seres sociáveis. Gostam de viver em bando. Adoram a companhia humana. Disso, pouca gente discorda. Mas o que ninguém sabe ao certo é por que eles são assim.

Vem da Suécia a mais recente pista dessa história. Pesquisadores da Universidade de Linköping submeteram a um teste 400 beagles nascidos e criados em um canil, todos com o mesmo nível de contato com seres humanos. Eles tinham que destampar três tigelas para chegar a um petisco. As duas primeiras tampas saíam facilmente. A terceira era fixa.

As reações dos cães foram registradas. Alguns procuravam ajuda entre as pessoas da sala. Outros, não. Em seguida, cada animal teve o genoma sequenciado, em busca de variações genéticas que pudessem estar relacionadas ao comportamento que demonstraram.

Resultado: um grupo de cinco genes apresentava diferenças relevantes entre os cães que buscaram ou não ajuda. São os mesmos relacionados com alterações de sociabilidade em humanos, como o transtorno de atenção.

O próximo passo dos pesquisadores é ver como são esses genes nos lobos. A hipótese é que se trata de uma mutação genética recente, que acabou prevalecendo na seleção natural. Em resumo: os cães estão geneticamente programados para ficarem perto da gente.

(Adaptado de: CORRÊA, Sílvia. "Amizade genética", revista São Paulo, Folha de S.Paulo, 9 a 15 de outubro de 2016, p.14)

1. De acordo com o texto, os pesquisadores da Suécia confirmaram que

- a) os cães, assim como os humanos, podem apresentar transtornos de atenção.
- b) variações genéticas são a raiz das diferenças comportamentais de cães em relação aos humanos.

c) a maior ou menor proximidade dos cães em relação aos seres humanos deve-se ao fato de esses animais terem descendido dos lobos.

d) os cães somente procuram a ajuda de seres humanos quando estão diante de um obstáculo que não podem ultrapassar.

e) a sociabilidade dos cães está relacionada sobretudo a fatores humanos, que foram os responsáveis pela domesticação daquela espécie.

O próximo passo dos pesquisadores é ver como são esses genes nos lobos.

2. Uma nova redação correta e coerente do período acima se estabelece em:

- a) O objetivo da pesquisa é analisarem a estrutura presente nos genes dos lobos.
- b) O próximo desafio para os cientistas, será investigar a composição genética dos lobos.
- c) A etapa seguinte da pesquisa consiste por examinar esses genes nos lobos.
- d) Na próxima fase, os cientistas pretendem investigar à manifestação desses genes nos lobos.
- e) Os pesquisadores agora querem entender como esses genes se manifestam nos lobos.

Vem da Suécia a mais recente pista dessa história.

3. No período acima, do primeiro parágrafo,

- a) o termo **mais** intensifica a ação representada pelo verbo **Vem**.
- b) o verbo **Vem** é transitivo direto e indireto.
- c) o termo **pista** tem a função de sujeito.
- d) o termo **Suécia** tem a função de sujeito.
- e) há uma oração sem sujeito.

Vem da Suécia a mais recente pista dessa história. Pesquisadores da Universidade de Linköping submeteram a um teste 400 beagles nascidos e criados em um canil, todos com o mesmo nível de contato com seres humanos. Eles tinham que destampar três tigelas para chegar a um petisco.

4. O termo sublinhado no trecho acima refere-se a

- a) Pesquisadores
- b) Universidade de Linköping
- c) 400 beagles
- d) contato
- e) seres humanos

5. O termo “que” está empregado como conjunção em:

- a) Mas o que ninguém sabe ao certo
- b) variações genéticas que pudessem estar relacionadas
- c) entre os cães que buscaram ou não ajuda
- d) A hipótese é que se trata de uma mutação genética
- e) mutação genética recente, que acabou prevalecendo na seleção natural.

6. Em “Outros, não.”, no 3º parágrafo, as vírgulas foram utilizadas para

- a) marcar a omissão de um vocábulo.
- b) separar oração coordenada assindética.
- c) separar adjunto adverbial antecipado.
- d) isolar apostro.
- e) isolar vocativo.

7. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) As restrições à liberdade são providências de segurança pelas quais ninguém deseja se submeter.

b) A segurança absoluta é uma sensação na qual estamos cada vez mais privados.

c) Uma das metas em cujos administradores vêm se empenhando é atingir índices mais altos de segurança.

d) São muitas as acepções a que está associado o termo segurança.

e) As medidas de que todos costumamos reagir são as que limitam nossa liberdade.

8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

a) A maioria das pessoas concordam com a hipótese do autor.

b) No final do século 18, houveram mudanças profundas na tecnologia.

c) A maré das inovações democráticas na Europa chegaram com algum atraso ao Brasil

d) Nenhum dos integrantes das comissões negaram esclarecimentos.

e) Chega a alcançar uma altura de 15 metros algumas pinturas.

Os pesquisadores mediram a atividade do cérebro dos cães.

9. Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é medida
- b) foi medida
- c) foram medidos
- d) são medidos
- e) era medida

10. O sinal indicativo de crase foi usado **incorretamente** em

- a) Perfuraram-se vários lugares, à procura de alguma jazida de pedras preciosas.
- b) Levantou-se às sete horas para participar do evento.
- c) A manifestação fazia referência àquele momento histórico.
- d) Dedicava-se às tarefas rotineiras com dedicação.
- e) Tudo ali se assemelha à uma grande liberdade artística.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO	NÚMERO DE COLABORADORES
R\$ 3.600,00	20
R\$ 4.200,00	15
R\$ 5.000,00	10
R\$ 6.000,00	5

11. Dentre os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00, qual o percentual dos que recebem menos de R\$ 5.000,00.

- a) 70%
- b) 50%
- c) 90%
- d) 30%
- e) 40%

12. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto:

- a) R\$ 14.520,00
- b) R\$ 14.400,00
- c) R\$ 14.360,00
- d) R\$ 14.240,00
- e) R\$ 14.000,00

13. Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
- Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.

Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- a) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- b) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- c) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;
- d) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- e) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

14. Em um certo TRT, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a

- a) 28
- b) 34
- c) 51
- d) 56
- e) 68

15. Em um belo dia de agosto, Carlos Henrique saiu de casa com apenas algum dinheiro físico e foi dar um passeio em Copacabana. Carlos Henrique gastou $\frac{1}{4}$ do que possuía e mais R\$ 60,00 no café da manhã; posteriormente, no almoço, $\frac{1}{3}$ do que restava e ainda ficou com R\$ 80,00. Com que valor, Carlos Henrique saiu de casa?

- a) R\$ 150,00
- b) R\$ 175,00
- c) R\$ 200,00
- d) R\$ 240,00
- e) R\$ 300,00

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

16. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que estabelece a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS). Sobre a Resolução CNJ nº 550/2024, julgue a assertiva correta.

- a) O CNJ deve elaborar um Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável de cada órgão do Poder Judiciário até o dia 28 de fevereiro de cada ano, relativamente ao ano anterior.
- b) Para cada tema presente no Plano de Logística Sustentável, deve ser criado um plano de ações do PLS.
- c) Os órgãos do Poder Judiciário devem monitorar os resultados dos indicadores de desempenho do PLS e de suas respectivas metas, bem como das ações previstas no plano de ações na periodicidade que for conveniente.
- d) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do PLS e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez a cada quatro anos.
- e) Uma das competências da Unidade de Sustentabilidade é avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS, elaborados pela Comissão Gestora.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES*Tiago Zanolla*

17. Sobre a composição e funcionamento do Subcomitê de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, conforme previsto na Resolução Administrativa nº 11/2022, assinale a alternativa correta:

- a) O Subcomitê de Ética será composto por três membros titulares, todos escolhidos exclusivamente pelo(a) Ouvidor(a) do Tribunal.
- b) O mandato dos membros do Subcomitê de Ética será de três anos, sendo vedada a recondução.
- c) Os integrantes do Subcomitê de Ética exercerão suas funções de forma exclusiva, afastando-se das atribuições de seus respectivos cargos.
- d) A designação dos membros do Subcomitê de Ética será feita por Ato da Presidência do Tribunal, sendo obrigatória a escolha de servidores efetivos e estáveis que nunca sofreram punição administrativa ou penal.
- e) Os membros do Subcomitê de Ética recebem uma gratificação mensal pelo desempenho de suas funções.

18. Joana, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, está enfrentando dificuldades para exercer suas funções devido ao ambiente de trabalho insalubre e com infraestrutura precária. Além disso, percebe que seus superiores fazem avaliações de desempenho sem critérios objetivos e que as informações de saúde de alguns servidores estão sendo divulgadas publicamente. Diante desse cenário, com base no Código de Ética da instituição, é correto afirmar que:

- a) Joana não tem direito a questionar as condições do ambiente de trabalho, pois a organização do espaço físico é de competência exclusiva da administração.
- b) A administração pode divulgar informações médicas dos servidores se houver interesse público, desde que não exponha detalhes constrangedores.

c) A servidora tem direito a um ambiente adequado que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica, bem como a avaliações de desempenho equitativas e ao sigilo de informações pessoais.

d) O Código de Ética prevê que avaliações de desempenho podem ter caráter subjetivo, desde que sejam compatíveis com a cultura institucional.

e) Somente os magistrados têm direito a um ambiente de trabalho adequado e protegido contra exposição de dados pessoais, não se aplicando essa garantia aos servidores.

REGIMENTO INTERNO*Tiago Zanolla*

19. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho, a revisão de teses jurídicas fixadas em **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)** segue procedimento específico estabelecido no Regimento Interno do Tribunal. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A revisão das teses jurídicas fixadas em IRDR poderá ser promovida diretamente pelo relator do processo, sem necessidade de parecer prévio da Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes.
- b) A proposta de revisão das teses jurídicas fixadas em IRDR será submetida ao Tribunal Pleno, exigindo-se para sua aprovação o quórum de maioria absoluta de seus membros, com parecer prévio da Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes
- c) O julgamento do mérito da revisão do IRDR poderá ser realizado por qualquer órgão fracionário do TRT, desde que haja justificativa fundamentada.
- d) Durante a tramitação da revisão do IRDR, a suspensão dos processos que versem sobre a tese jurídica revisada não poderá ser determinada, salvo se houver decisão expressa do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) A decisão sobre a admissibilidade do pedido de revisão da tese jurídica fixada em IRDR poderá ser objeto de recurso ordinário, a ser julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

20. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) segue regramento específico, em conformidade com os artigos 976 a 987 do CPC, com adaptações ao processo do trabalho. Considerando as disposições do Regimento Interno do TRT sobre a instauração do IRDR, assinale a alternativa correta:

- a) O IRDR pode ser instaurado pelo Presidente do Tribunal, mediante requerimento formulado exclusivamente pelos órgãos colegiados do TRT, ao constatarem multiplicidade de processos com a mesma matéria.
- b) O IRDR pode ser suscitado por juízes ou relatores de processos em sua competência, mediante ofício encaminhado por malote digital, desde que instruído com as peças necessárias ao seu processamento e julgamento.
- c) Apenas as partes do processo de origem podem requerer a instauração do IRDR, não sendo admitida sua propositura pelo Ministério Público do Trabalho.
- d) Caso um órgão colegiado do TRT constatare a multiplicidade de processos e a divergência jurisprudencial sobre determinada matéria, poderá suscitar o IRDR diretamente ao Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Se um órgão fracionário decidir não processar o IRDR, caberá recurso ao Tribunal Pleno para reavaliação da instauração do incidente, garantindo a uniformização da jurisprudência no âmbito do TRT.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

21. A Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão. Nesse sentido, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- a) assegura expressamente que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em deveres
- b) é instrumento que declara direitos humanos àqueles que são nacionais dos Estados-membros da ONU
- c) foi proclamada em Assembleia Geral tendo servindo como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações por meio de medidas a serem aplicadas de imediato por cada Estado, tão logo promova sua assinatura
- d) é instrumento tratado como marco jurídico da terceira geração dos direitos humanos, considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão
- e) Considera ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, fornecendo, para tanto, planejamento para que se construa linha de represália frente aos eventuais arranjos de novos conflitos bélicos

22. Determinado Estado Americano prevê a pena de trabalhos forçados a ser aplicada conjuntamente à pena privativa de liberdade, diante de delito grave, aplicou tais penas a João. Nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar que

- a) João poderá ser constrangido ao cumprimento de trabalhos forçados, mesmo que por ato arbitrário emanado de autoridade

b) que a pena de trabalhos forçados restou abolida a partir do Pacto de San José da Costa Rica, de modo que o recluso tem direito à impetração de um *habeas corpus*.

c) que João deverá seguir as ordens das autoridades responsáveis pela execução de sua pena, que poderão impor, dentre outros, o serviço militar como modalidade de trabalhos forçados.

d) que João poderá desempenhar trabalhos forçados em situação de perigo ou calamidade que ameace a existência ou o bem-estar da comunidade

e) que em caso de haver a aplicação da pena de trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais não constituem trabalhos forçados.

23. O Brasil ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos no ano de 1992 e reconheceu a competência jurisdicional contenciosa da Corte IDH para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998, contar desse marco, a responsabilidade internacional do Estado Brasileiro por violações de direitos protegidos pela Convenção Interamericana foi apreciada pela Corte Interamericana em sentenças referentes a doze casos contenciosos. Dentre eles, exceto:

- a) Gomes Lund e outros
- b) Caso Povo Indígena Xucuru
- c) Caso Herzog e outros
- d) Caso Pérez Lucas e outros
- e) Caso Honorato e outros

24. Com base no texto do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e protocolos facultativos, julgue os itens a seguir.

- I. O presente Pacto prevê os Estados Partes devem se comprometer a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos civis e políticos enunciados no instrumento.
- II. Tal como prevê a DUDH, o PIDCP também afirma que ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente.
- III. o PIDCP prescreve que ninguém poderá executar trabalhos forçados em decorrência do cumprimento de uma pena.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) apenas a I
- b) B. apenas a II
- c) apenas a III
- d) nenhuma das assertivas
- e) todas as assertivas

25. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura o direito ao trabalho em igualdade de condições para as pessoas com deficiência. Diante do que promove a norma, é incorreto afirmar que a pessoa com deficiência terá direito

- a) à colocação competitiva
- b) à prioridade no atendimento, quanto maior for sua dificuldade de inserção no campo de trabalho
- c) a boletos em formato acessível, dispensado seu requerimento formal
- d) a trabalho com apoio, que correrá às expensas do órgão ou entidade
- e) a programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, inclusive mediante a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. O Windows 10 oferece um novo recurso de segurança que permite encriptar o disco rígido do computador, protegendo os documentos e arquivos contra o acesso não autorizado. O intuito é agregar mais níveis de segurança para o usuário que é algo extremamente almejado nos dias de hoje. Esse recurso é:

- a) Bit Locker
- b) Criptonews.
- c) Windows Defender.
- d) Cortana
- e) Diana

27. No Windows temos uma ferramenta que trabalha com OneDrive para liberar espaço automaticamente, disponibilizando arquivos que você não está mais usando somente online novamente. Esse é o:

- a) Sensor de Armazenamento
- b) Controle de Armazenamento
- c) Windows Update
- d) Windows Defacer
- e) Ferramenta de Backup

28. Com o Google Meet não é possível:

- a) Realizar reuniões on-line
- b) Bloquear o microfone de participantes
- c) Utilizar o recurso de chat
- d) Editar textos em um editor próprio e integrado direta e exclusivamente à ferramenta
- e) bloquear a câmera durante uma transmissão .

29. Das letras abaixo, marque aquela que exhibe protocolo que podem ser utilizados para a troca de arquivos entre computadores:

- a) SMTP.
- b) HTTP.
- c) IMAP.
- d) FTP.
- e) IRC

30. O ataque também conhecido como “envenenamento de cache DNS” é o:

- a) Ransomware
- b) Adware.
- c) Phishing
- d) spyware.
- e) Pharming.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual das seguintes situações NÃO resulta em suspensão dos direitos políticos do cidadão?

- a) Condenação criminal transitada em julgado, por crime de improbidade administrativa, em decisão proferida por órgão judicial colegiado.
- b) Condenação em ação civil de improbidade administrativa.
- c) Decisão do Tribunal de Contas da União, em processo de tomada de contas especial, devido à má gestão de recursos federais.
- d) Condenação por crime eleitoral em decisão colegiada da Justiça Eleitoral.
- e) Privação da liberdade do cidadão em razão de flagrante delito.

32. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), também conhecido como Itamaraty, é o órgão do poder executivo responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação, desempenho e acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. A atuação do Itamaraty cobre as vertentes política, comercial, econômica, financeira, cultural e consular das relações externas, áreas nas quais exerce as tarefas clássicas da diplomacia: representar, informar e negociar.

Acerca do tema, é um princípio que rege as relações exteriores do Brasil, EXCETO:

- a) A prevalência dos direitos humanos.
- b) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- c) A defesa da paz.
- d) A cooperação entre os povos.
- e) A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

33. A Constituição Federal atribuiu competências legislativas e administrativas aos entes federados. Considerando a repartição de competências administrativas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete aos Estados elaborar e executar planos regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- b) Compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- c) Compete à União explorar os serviços de radiodifusão.
- d) Compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano.
- e) Compete também aos municípios proteger os sítios arqueológicos.

34. Analise as seguintes afirmações acerca do Poder Judiciário e assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

I- Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os Ministros de Estado nos crimes de Responsabilidade.

II- Caso não sejam feitas pelo Presidente da República no prazo legal, as indicações ao CNJ serão feitas pelo Senado Federal.

III- É considerada relevante, para fins de Recurso Especial, a ação cujo valor da causa ultrapasse 500 salários-mínimos.

a) Todos estão corretos.

b) Nenhum está correto

c) I e II apenas.

d) I e III apenas.

e) II e III apenas.

35. Lei do Município de Petrópolis-RJ dispôs sobre assunto da competência legislativa estadual, fato que contrariou dispositivo de lei do estado do Rio de Janeiro. Inconformado, o Governador do Rio de Janeiro pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.

b) O Governador do Rio de Janeiro não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.

d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

e) a lei municipal só poderia ser questionada, mediante controle abstrato de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

36. João solicitou a um órgão público federal acesso a informações detalhadas sobre um projeto de urbanização em sua cidade. O órgão informou que não possuía a informação solicitada, mas que outro órgão da mesma esfera administrativa era o responsável por sua custódia. No entanto, João não foi comunicado sobre a remessa do pedido ao órgão correto e não recebeu qualquer orientação adicional dentro do prazo legal. Com base nos dispositivos da Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

a) o órgão público agiu corretamente, pois a Lei de Acesso à Informação não prevê qualquer obrigação quando o órgão não dispuser da informação.

b) o órgão público poderia prorrogar o prazo inicial para resposta em até 20 dias adicionais, desde que apresentasse justificativa expressa ao solicitante.

c) o órgão público deveria ter remetido o requerimento ao órgão responsável, ou pelo menos deveria ter informado ao interessado qual o órgão que detém a informação, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.

d) a negativa de encaminhar o pedido ou de informar quem possui a informação é válida, desde que o órgão informe ao requerente sobre a autoridade superior para recorrer.

e) a responsabilidade pela obtenção da informação solicitada recai exclusivamente sobre o requerente, não cabendo ao órgão público orientar sobre onde buscá-la.

37. O diálogo competitivo é modalidade licitatória prevista na Lei nº 14.133/2021. Acerca dessa modalidade, é correto afirmar que:

- a) é utilizado para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes, não se admitindo a seleção para os diálogos, em respeito ao princípio da competitividade;
- b) é possível que a administração adote critérios objetivos e subjetivos para a contratação dos licitantes, com base no teor das propostas apresentadas após o encerramento dos debates.
- c) os membros da sua comissão de contratação devem ser necessariamente servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração.
- d) a substituição do agente de contratação pela comissão de licitação é facultativa no diálogo competitivo.
- e) o procedimento autoriza que a administração revele a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante, independentemente de seu consentimento, em virtude do princípio da supremacia do interesse público e das cláusulas exorbitantes.

38. João, servidor público federal, foi designado para conduzir um processo administrativo disciplinar contra um servidor que supostamente teria cometido infração grave. No entanto, verificou-se que João e o acusado são cunhados e mantêm um vínculo familiar próximo. Mesmo ciente dessa relação, João não comunicou o fato à autoridade competente e seguiu atuando no processo. Com base nas normas sobre impedimentos e suspeições no processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) João deveria ter comunicado sua situação à autoridade competente, pois sua relação de cunhado com o acusado o enquadra em uma hipótese de impedimento.

- b) a relação de cunhado não configura impedimento para atuar no processo administrativo, apenas suspeição, o que não exige comunicação formal.
- c) a omissão de João ao não comunicar sua situação pode ser considerada uma irregularidade, mas não configura falta grave.
- d) mesmo que João tenha inimizade notória com o acusado, ele só poderia ser afastado do processo por decisão judicial.
- e) se a hipótese fosse enquadrada em suspeição, o pedido de afastamento de João da condução do processo administrativo, caso indeferido, não poderia ser objeto de recurso.

39. Carlos, servidor público federal, recebeu uma penalidade de suspensão de 30 dias por descumprimento de dever funcional. Após cinco anos de efetivo exercício sem cometer novas infrações, ele solicitou o cancelamento do registro da penalidade em sua ficha funcional. No entanto, ao analisar sua progressão na carreira, Carlos percebeu que sua promoção havia sido retardada devido à penalidade aplicada. Ele então requereu que o cancelamento da penalidade tivesse efeitos retroativos, de modo a corrigir o atraso em sua progressão funcional. Com base na legislação disciplinar aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) o cancelamento da penalidade de suspensão somente poderia ocorrer após dez anos, e não cinco.
- b) Carlos tem direito ao cancelamento do registro da penalidade após cinco anos de efetivo exercício sem novas infrações, mas sem efeitos retroativos.
- c) o cancelamento da penalidade implica a anulação dos efeitos negativos que ela causou na carreira do servidor, incluindo o atraso na progressão funcional.
- d) o servidor não poderia solicitar o cancelamento da penalidade, pois apenas a Administração pode fazê-lo de ofício.
- e) a penalidade de suspensão, por sua natureza, não pode ser cancelada, pois seus efeitos são permanentes na ficha funcional do servidor.

40. Acerca do Procedimento de Manifestação de Interesse Social – PMIS, nos termos da Lei nº 13.019/2014, assinale a alternativa correta:

- a) o PMIS é um mecanismo exclusivo para organizações da sociedade civil, sendo vedada a participação de cidadãos ou movimentos sociais.
- b) a administração pública, ao receber uma proposta que atenda aos requisitos legais, está obrigada a instaurar o PMIS e realizar um chamamento público.
- c) o PMIS pode ser instaurado para ouvir a sociedade sobre um tema de interesse público, mas sua realização não gera obrigação de execução do chamamento público.
- d) somente após a realização do PMIS é que a administração poderá realizar um chamamento público para celebração de parcerias.
- e) caso uma organização da sociedade civil proponha um PMIS, ela será impedida de participar do chamamento público subsequente para evitar favorecimentos.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Frederico se retirou da sociedade empresária que possuía com Sofia e Patrícia. À luz dos preceitos celetistas, é correto afirmar que, em regra, Frederico:

- a) responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
- b) não responderá pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio.
- c) responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações

ajuízadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.

- d) responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- e) responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

42. Assinale hipótese que, nos termos previstos na Lei 8.036/1990, NÃO autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

- a) aposentadoria concedida pela Previdência Social.
- b) falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes.
- c) extinção contratual mediante culpa recíproca.
- d) quando a trabalhadora tiver idade igual ou superior a 65 anos.
- e) dependente do trabalhador for portador do vírus HIV.

43. O acordo coletivo de trabalho (ACT), celebrado entre determinado sindicato de categoria profissional e uma ou mais empresas, tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, e troca do dia de feriado.
- b) adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, seguro-desemprego, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual.
- c) valor nominal do 13º salário, valor dos depósitos do FGTS e banco de horas anual.
- d) número de dias de férias e teletrabalho.
- e) regime de sobreaviso e adicionais de atividades penosas, insalubres ou perigosas.

44. Francisco, antigo empregado da empresa Sales Ltda., teve reconhecida pela Justiça do Trabalho ter sofrido ofensa à sua moral, proveniente de seu antigo empregador, ensejando o pagamento de indenização a ser fixada pelo magistrado. Caso o magistrado entenda tratar-se de ofensa de grau médio e se considere as regras previstas na CLT, bem como entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), deve-se observar como critério para fixação da indenização o valor de:

- a) três vezes o último salário de Francisco.
- b) cinco vezes o último salário de Francisco.
- c) sete vezes o último salário de Francisco.
- d) dez vezes o último salário de Francisco.
- e) dez vezes o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

45. Analise os itens a seguir:

- I. Havendo extinção contratual mediante culpa recíproca, deverá ser pago pela metade o valor do

aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

- II. Nas contratações de trabalhadores por prazo determinado, caso o empregador tome a iniciativa de extinguir o contrato imotivada e antecipadamente, deverá pagar ao empregado indenização equivalente à metade da remuneração a que o trabalhador faria jus até o fim do contrato.
- III. Havendo extinção contratual imotivada por iniciativa do empregador, será direito do trabalhador a redução da jornada durante o aviso prévio em 2 horas diárias, em qualquer caso, sem prejuízo da correspondente remuneração.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) III.
- e) II e III.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

46. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cabe o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica nos processos trabalhistas.
- b) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- c) A instauração do incidente interrompe o processo.
- d) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de cognição, cabe recurso de imediato.
- e) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de execução, cabe agravo interno, desde que garantido o juízo.

47. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, conforme normas insculpidas na Constituição Federal do Brasil e na Consolidação das Leis do Trabalho,

a) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não estão abrangidas na competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal por envolver agente da União.

b) A servidora municipal Afrodite deve ajuizar ação para reivindicar direitos relativos ao vínculo estatutário na Vara do Trabalho do município em que reside.

c) A empregada Iris deve propor reclamação trabalhista, em regra, na Vara do Trabalho do município em que prestou os serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratada em outra localidade.

d) A competência da Vara do Trabalho se dá pela localidade em que o empregador tenha sua sede, como regra geral, em razão do princípio da execução menos gravosa ao devedor.

e) E o empregado Thor, que é viajante comercial da empresa Delta e atua em todo Estado do Piauí, deverá propor reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de Teresina, Capital do Estado do PI.

48. Assinale a alternativa correta de acordo com o processo do trabalho.

a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

b) As testemunhas arroladas pelas partes deverão ser intimadas para comparecer à audiência de instrução e julgamento, com cinco dias de antecedência da realização do ato.

c) As partes e testemunhas serão inquiridas diretamente por seus representantes ou advogados, podendo ser reinquiridas, a critério do juiz.

d) Cada parte poderá ouvir até três testemunhas por fatos articulados ou pedidos formulados pelas partes.

e) Apresentado documento pela parte durante a audiência de instrução e julgamento, o juiz abrirá prazo de cinco dias para que a parte adversa possa se manifestar sobre a prova.

49. Assinale a alternativa correta sobre as nulidades no processo do trabalho.

a) No processo do trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

b) A parte que der causa a nulidade deverá argui-la à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.

c) A nulidade fundada na incompetência do foro não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

d) As nulidades relativas poderão ser arguidas a qualquer tempo e grau de jurisdição, vedado o reconhecimento de ofício pelo magistrado.

e) Reconhecida e declarada a nulidade do ato processual, todos os atos subsequentes ao anulado deverão ser refeitos.

50. No processo do trabalho, o recurso de agravo de instrumento:

a) Não possui previsão normativa.

b) Pode ser interposto em relação às decisões interlocutórias em geral desde que proferidas em audiência.

c) É cabível para atacar sentença sem julgamento do mérito.

d) É cabível frente à decisão de não recebimento do agravo de petição.

e) É cabível em relação à decisão que indefere a petição inicial.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

51. É possível que um menor de idade alcance a capacidade plena por meio da emancipação. A respeito das possibilidades de emancipação previstas na lei, marque a opção correta:

- a) pelo casamento ou pela união estável.
- b) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
- c) pelo exercício de emprego público comissionado;
- d) pela entrada no quadro societário de uma sociedade limitada.
- e) por vontade própria, com o mero reconhecimento em cartório de sua condição de capacidade.

52. As pessoas jurídicas são detentores de direitos e podem contrair obrigações. A respeito desse tema, marque a única alternativa que está correta:

- a) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- b) São pessoas jurídicas de direito público interno a União; os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; as autarquias, inclusive as associações públicas; e as sociedades de economia mista.
- c) As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, nem mesmo quanto a direito regressivo contra os causadores do dano.
- d) São pessoas jurídicas de direito privado as associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; as empresas individuais de responsabilidade limitada; e os partidos políticos.
- e) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade, exceto a possibilidade de direito a dano moral.

53. A respeito da classificação dos bens em móveis ou imóveis, encontre a alternativa que coaduna com a legislação:

- a) São considerados bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- b) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta.
- c) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- d) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, como os robôs, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, exceto os animais.
- e) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis, exceto os provenientes da demolição de algum prédio.

54. Sobre os fatos jurídicos e os negócios jurídicos, assinale a opção correta:

- a) São elementos de existência e eficácia dos negócios jurídicos o agente capaz; o objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e a forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) A manifestação de vontade não subsiste quando o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, sendo que o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- c) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes no momento da celebração do negócio.
- d) As partes não poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei, já que a própria lei já define os critérios de integração a serem aplicados pelo juiz.
- e) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir e não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

55. Antônio doa seu carro a José, como uma forma de retribuição por longos anos de amizade, porém Antônio deixa de pagar uma série de compromissos financeiros, e seus cobradores não encontram nenhum bem em seu nome. Sobre a operação praticada por Antônio e Jose, marque qual o defeito do negócio que pode ser identificado no caso em tela:

- a) simulação
- b) dolo
- c) fraude contra credores
- d) erro

e) lesão

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

56. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito da desconsideração da personalidade jurídica,

- a) A instauração do incidente não suspenderá o processo.
- b) Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.
- c) É inviável a utilização do incidente para a denominada desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- d) Admite-se a instauração do incidente de ofício pelo juízo.
- e) Acolhido o pedido de desconsideração, a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

57. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito dos impedimentos e da suspeição,

- a) Admite-se a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.
- b) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
- c) Se reconhecer o impedimento ou a suspeição, o juiz poderá continuar atuando no processo até a decisão definitiva do incidente.
- d) Reconhecido o impedimento ou a suspeição, considerar-se-á a distribuição da ação como o momento partir do qual o juiz não poderia ter atuado.
- e) Não se aplicam as causas de impedimento e de suspeição aos demais sujeitos imparciais do processo

58. Na ação rescisória, o relator ordenará a citação do réu, e o prazo para ofertar a resposta será

- a) De 15 dias.
- b) De 30 dias.
- c) De 20 dias.
- d) nunca inferior a 15 dias nem superior a 30 dias.
- e) nunca inferior a 10 dias nem superior a 20 dias.

59. Àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo, poderá se valer de:

- a) Denúnciação da lide.
- b) Chamamento ao processo.
- c) Amicus curiae.
- d) Oposição.
- e) Nomeação à autoria.

60. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito dos recursos em geral,

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
 - b) Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
 - c) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
 - d) Dos despachos cabe agravo de instrumento.
 - e) Excetuado o agravo de instrumento, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.
-

Estudo de Caso

Determinada Lei estadual, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo, impôs aos órgãos integrantes da administração pública direta e indireta do estado a obrigação de divulgar na imprensa oficial e na Internet os dados básicos relativos a contratos de obras públicas nas rodovias estaduais e criou o Conselho de Comunicação Social do estado, destinado a orientar seus órgãos de comunicação. A lei previu a participação de representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos do poder público na composição desse conselho.

Considerando a situação hipotética apresentada e as regras relacionadas ao processo legislativo e à distribuição de competência entre os entes da Federação, disserte sobre a constitucionalidade da lei editada, abordando, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal federal (STF), os seguintes aspectos:

- a) A repartição da competência legislativa entre a União e os estados membros, conforme a CF e a doutrina;
- b) A competência da União para editar normas gerais sobre licitação e contratação;
- c) O vício de iniciativa no processo legislativo.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>